

## AS INFLUÊNCIAS POLÍTICO/ECONÔMICAS DA GUERRA FRIA NO BRASIL NO PERÍODO DO REGIME MILITAR (1964-1975)

Fernando Mendes Silva<sup>1</sup>  
Jéferson Cararo<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a inserção político/econômica do Brasil dentro do contexto da Guerra Fria, enfatizando o papel dessa dinâmica externa dentro dos acontecimentos históricos deflagrados no país neste período, o Golpe Militar de 1964 e do chamado “Milagre Econômico” (1968-1973). Foram utilizados como metodologia de pesquisa, os métodos analítico, dedutivo e da complexidade, pois, as características individuais destes, quando aplicadas sob a perspectiva da diversidade, implicam necessariamente em dar conta da complexidade real. Quanto às técnicas de pesquisa a serem utilizadas neste estudo, utilizou-se as técnicas de documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica), bem como de dados oficiais disponibilizados na rede mundial de computadores (internet). No decorrer deste trabalho, poderá ser observado que a Guerra Fria exerceu influência significativa sobre o “Golpe de 1964”, verifica-se que o panorama político/econômico externo delineado pela Guerra Fria teve influência direta ou indiretamente sobre praticamente todos os principais acontecimentos históricos nacionais a partir de 1945. Especificamente no período de 1964 a 1973.

**PALAVRAS-CHAVE:** capitalismo; socialismo; governo militar.

### 1 INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a estrutura social, política e econômica do mundo se modificou significativamente, e nesse período emergiram como superpotências os EUA e URSS. Foi nesse contexto que se instalou uma nova ordem mundial, um mundo bipolar: capitalismo versus socialismo. O polo capitalista era liderado pelos EUA e o comunista pela URSS. O primeiro país defensor da democracia, o segundo defensor do socialismo. O processo político e econômico resultante do choque entre essas ideologias e a disputa pelo poder mundial ficou conhecido como Guerra Fria.

Segundo historiadores, esse panorama externo teve influência sobre os acontecimentos político/econômicos no Brasil a partir de 1945. Mas, existem muitas divergências sobre até que ponto ou em que medida a Guerra Fria influenciou esses acontecimentos.

Dentro desta perspectiva, este trabalho busca analisar as consequências político/econômicas da Guerra Fria no Brasil entre 1964 a 1975, enfatizando o papel dessa dinâmica externa dentro dos acontecimentos históricos deflagrados no país

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Econômicas (UNICENTRO). E-mail: f16mendes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor do curso de Ciências Econômicas (UNICENTRO). E-mail: jefersoncararo@gmail.com.

neste período.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Intervenção do Estado e Políticas Públicas**

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democrati-zados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública (Souza, 2006).

Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse

e governo (Souza, 2006).

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de re-sultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Hoje, o conceito de políticas públicas tem que ser ampliado, alargado. Inicialmente, a compreensão de políticas públicas era simplesmente uma intervenção do Estado em uma situação que a sociedade considerava problemática. Embora seja verdade que toda política pública seja uma intervenção estatal, esse conceito se amplia porque o conceito tem que incorporar do que resulta a política pública – e a política pública é sempre resultado de uma interação muito complexa entre o Estado e sociedade. Essa interação tem que ser incorporada no conceito de políticas públicas (Giovanni, 2009).

Essa nova forma de intervenção do Estado começa a ganhar muita força na última metade do século passado. Por várias razões, os Estados se tornam cada vez mais obrigados a intervir na realidade social e na econômica, particularmente após a Segunda Guerra Mundial. Primeiro, porque o modelo de política econômica dos

Estados modernos mudou, passou a ser mais inspirado em Keynes, o que exigiu muito a participação do Estado. Segundo, particularmente nos países capitalistas da Europa, essas intervenções se deram no contexto da Guerra Fria. Os países capitalistas tinham que dar alguma demonstração de que o capitalismo podia atender as necessidades das populações. Outra razão é que, de fato, no século XX, houve um grande crescimento dos direitos de cidadania. Foi aí que cresceram os sistemas de Previdência, Saúde, Educação. Isso tudo vai marcando a presença do Estado nessa interação com as demandas da sociedade (Giovanni, 2009).

Outro fator importante nesse contexto de direitos é que o próprio conceito de democracia mudou. Antes, via-se democracia como simples direito de votar e ser votado. Hoje, considera-se Estado democrático aquele que responde às demandas sociais. Nesse contexto, foi surgindo uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, uma nova forma política. A política pública deixa de ser uma simples intervenção do Estado e passa a ser uma nova forma de exercício do poder numa sociedade democrática. Isso acontece em âmbito quase planetário. As políticas públicas são fruto da democratização da sociedade moderna, onde os cidadãos, instituições, organizações sociais, movimentos sociais e organizações não-governamentais participam mais. Ou seja, as instituições atuam como agentes políticos, pressionando, refazendo a agenda do estado. Então, vem desse fato a enorme presença das políticas públicas na vida do homem moderno. É inimaginável pensar hoje, em um país como o Brasil, um cidadão que não participe de alguma política pública, seja como beneficiário, seja como um dos elementos que faz aquela política ser atuada (Giovanni, 2009).

### **3 DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 Guerra Fria**

Meados de 1945, a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para um desfecho favorável aos Aliados, a estrutura social, política e econômica mundial vinham se modificando significativamente, e nesse período emergiam como superpotências os EUA e URSS. Com a queda da Alemanha, não existia mais um inimigo em comum entre eles, assim, começaram a expor cada vez mais seus interesses para o mundo pós-guerra. Todavia, ao terminar a Segunda Guerra, a Europa estava praticamente devastada e a maior parte das indústrias, da capacidade produtiva agrícola e da infraestrutura de transportes, energia e comunicações estava destruída ou

seriamente comprometida (ABREU et al., 2001).

Em virtude das contradições ideológicas e dos interesses de dominação em áreas de influência cada vez maior sobre o planeta, os líderes Aliados gradativamente plantaram as sementes das discórdias, e nenhum estava disposto a ceder as suas conquistas militares. Era cada vez maior o interesse sobre os impérios derrotados, principalmente sobre o Império Britânico. Começava assim a germinação das sementes da Guerra Fria (GÜRISOY, 2009).

Diante dessa situação os Estados Unidos decidem abandonar de vez a colaboração com a URSS e investir maciçamente na Europa ocidental, a fim barrar a expansão comunista e assegurar sua própria hegemonia política na região. Assim, foi anunciada em março de 1947 pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman um projeto de recuperação econômica dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall, fornecendo matérias-primas, produtos e capital, na forma de créditos e doações. Em contrapartida, o mercado europeu evita impor qualquer restrição à atividade das empresas norte-americanas. A distribuição dos fundos é realizada por meio da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). Entre 1948 e 1952, o Plano Marshall forneceu algo em torno de US\$ 14 bilhões para a reconstrução europeia. Enquanto os europeus ocidentais (ingleses, franceses, belgas, holandeses, italianos e alemães) aderiram ao plano com entusiasmo, Stalin não só rejeitou-o como proibiu aos países que estavam sob o controle soviético (Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária) de aceitar ajuda. O plano fez ainda mais por separar o mundo em duas esferas de influência (MORETTO & QUINA, 2006).

[...] Os Estados Unidos deverão fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o mundo a regressar a uma saúde econômica normal, sem a qual não poderá haver estabilidade política nem paz. A nossa política não se dirige contra nenhum país, contra nenhuma doutrina, mas contra a fome, a pobreza o desespero e o caos. O seu objetivo é o renascimento de uma economia produtiva no mundo, de modo a as condições econômicas e sociais propicias a existência de instituições livres. (Discurso George Marshall em 5 de Junho de 1947, na Universidade de Harvard).

Em 1949, foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), uma estrutura política e militar reunindo os países da Europa Ocidental mais EUA e Canadá. De acordo com seus estatutos, os países-membros se declaravam solidários e se comprometiam a agir em conjunto no caso de um ataque a um de seus aliados de bloco. Em 1955, os países do bloco comunista criaram seu sistema

de defesa, o Pacto de Varsóvia, uma resposta direta à criação da OTAN, ficando definitivamente desenhada a divisão militar da Europa. Este bloco ajudou os países da Europa Oriental que foram afetados pela guerra estabelecendo um compromisso de ajuda mútua, como objetivo a cooperação econômica e militar entre os integrantes, assim como a defesa de seus territórios e do sistema socialista (CABRAL, 1987).

No decorrer dos anos 50, em meio a esse contexto de bipolaridade da política mundial entre capitalismo e comunismo, surgiu um conflito envolvendo a península coreana. Essa região havia estado sob o domínio japonês desde 1910, porém, com a derrota do Japão na Guerra, em 1945, EUA e URSS estabeleceram suas áreas de influência na península, ficando a Coreia do Norte sob controle soviético e a Coreia do Sul sob domínio norte-americano. Para separar os dois lados, foi traçado uma linha imaginária, exatamente na altura do paralelo 38. Assim como as duas Alemanhas, as duas Coreias eram um típico resultado da partilha territorial entre as duas superpotências após a Segunda Guerra Mundial. Em 1953, uma convenção pôs termo ao conflito, criando-se uma “zona desmilitarizada” no paralelo 38 para dividir as duas Coreias (CABRAL, 1987).

No final da década de 50, começaram a surgir manifestações de hostilidades aos Estados Unidos, visivelmente na visita do vice-presidente norte-americano à Venezuela em 1958. Foi neste contexto, logo após a desastrosa visita do representante americano à Caracas, que o presidente brasileiro enviou duas cartas pessoais ao presidente do EUA, propondo a formação da Operação Pan-Americana (OPA). Este projeto consistia numa proposta de cooperação, cuja tese reforçava que "o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados" (Bueno, p.290 apud SIMONDS, 2008).

Foram propostos estudos visando à aplicação de capitais privados em áreas atrasadas do continente, aumento do volume de crédito de entidades internacionais, formação de mercados regionais e ampliação e diversificação de assistência técnica. Porém, poucas destas medidas foram implementadas e o maior sucesso de resposta à OPA foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1º de outubro de 1960 (SIMONDS, 2008). De acordo com Cabral (1987, p. 21) “A década de 60 se iniciou com a primeira ameaça séria de um confronto nuclear entre as duas superpotências”.

Essa ameaça se delineou em Cuba, praticamente no quintal americano. Sob inspiração socialista, revolucionários comandados por Fidel Castro e Che Guevara derrubaram o governo de Fulgencio Batista, que era pró EUA, nacionalizando todas as empresas de capital estrangeiro, majoritariamente capital norte-americano. Esses acontecimentos estão na raiz dos conflitos entre Cuba e EUA ocorridos a partir desse período.

Após a revolução, Cuba sai da zona de influência capitalista e abriga-se definitivamente sob a proteção e influência da URSS. Consagrada essa aliança, o regime soviético decidiu instalar mísseis de alcance médio na Ilha, em resposta à presença de mísseis norte-americanos na Europa e na Turquia. O governo norte-americano considerou inaceitável a presença de mísseis tão próximos de seu território, e em reação, decretou bloqueio naval a Cuba. Diante do real perigo de uma guerra nuclear, a URSS cedeu, mas em troca exigiu que os EUA retirassem seus mísseis da Turquia (CABRAL, 1987).

Em termos de América Latina, apesar da guinada cubana rumo ao socialismo, o domínio ideológico americano era amplo. Ao final da década de 60, quando a maioria dos países latino-americanos era governada por regimes militares, o governo norte-americano ficou em "posição confortável diante do combate ao comunismo. Podia dar-se ao luxo de distribuir pouca ajuda militar e de dirigi-la ideologicamente para os países, quase como se sorteio fizesse, dando ânimo à corrida que os movia em troca da cooperação na Guerra Fria" (Cervo, p. 144 apud SIMONDS, 2008).

### **3.2 O Brasil no Contexto da Guerra Fria: 1946-1964**

A segunda Guerra Mundial havia acabado pouco tempo antes de Dutra chegar ao cargo de presidente, dentro de uma nova ordem mundial, um mundo bipolar. O polo capitalista era liderado pelos EUA e o comunista pela URSS. O primeiro país defensor da democracia, o segundo defensor do socialismo. A política de barganha varguista já tinha construído uma aproximação com os EUA, e esse quadro não foi alterado por Dutra. Entretanto, as conquistas de Vargas não foram conseguidas pelo sucessor imediato. O momento político colocava como inimigos os países socialistas e capitalistas. O Brasil esperava por uma fase mais intensa nas relações político – econômica com os EUA.

Contudo, a dificuldade se deu quando os norte-americanos voltaram suas

atenções para conter o comunismo na Europa. As condições históricas do governo ditatorial de Vargas tinham mudado. Flertar com os comunistas significava uma afronta aos EUA. O governo Dutra assinou em 1947 o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro, para a manutenção da paz e da segurança no continente. Foi a conformação de uma política externa pro capitalista, uma vez que o continente estava sob proteção dos EUA. Ainda em 1947, o governo brasileiro rompeu relações com a URSS por causa das críticas feitas pelos soviéticos ao Brasil depois da cassação do registro do partido comunista brasileiro (MANZUR, 1999).

Ainda durando o governo Dutra, foi constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), que reunia técnicos de ambos os países e propunha a formulação de projetos focados na eliminação de gargalos de infraestrutura e da indústria do Brasil, contribuindo assim para o seu desenvolvimento econômico. Os trabalhos técnicos da CMBEU se iniciaram formalmente em 19 de julho de 1951, já durante o segundo governo Vargas e se encerraram em 31 de dezembro de 1953. A Comissão previa o financiamento parcial dos mesmos através de empréstimos do Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e do Banco Mundial, a promessa de financiamento por parte de ambas instituições aproximava-se a US\$ 390 milhões (LOPES, 2009).

Quando do início do governo Vargas em 1951, já estava em curso a Guerra da Coréia (1950-53). Já em junho daquele ano, o ministro das relações exteriores, sugere ao presidente Vargas que se pronunciasse sobre o conflito demonstrando a posição do país em favor do mundo ocidental e contra a ameaça do comunismo. “Segundo o Ministro, tal pronunciamento teria ótimas repercussões nos Estados Unidos, melhorando nossas expectativas de auxílios financeiros” (D' ARAÚJO, 1982, p. 149 apud LOPES, 2009).

Em 5 de agosto de 1954, no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda sofreu um atentado, no qual morreu um major da Aeronáutica. Descobriu-se, posteriormente, que amigos do presidente estavam envolvidos no caso, dando à oposição elementos para exigir sua renúncia. Consciente de sua deposição em breve, Vargas surpreendeu seus inimigos e a nação, suicidando-se, em 24 de agosto de 1954. Com a morte de Getúlio, o vice-presidente Café Filho assumiu o poder. E no ano seguinte, realizaram-se eleições para a presidência.

Durante a campanha presidencialista de 1955, Juscelino Kubistchek

conseguiu se diferenciar do plano político da época, quando apresentou o plano de metas que queria desenvolver durante o seu governo. Este plano consistia em 30 metas que deveriam ser alcançadas nos cinco anos de governo, privilegiando setores como: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Juscelino queria realizar o que seu slogan de governo dizia "50 anos em 5". Neste contexto, Brasília se configurava como a sua "meta síntese", tornando-se a grande prioridade do governo. (SILVA, 2000).

“A política nacionalista interna desenvolvida por Vargas, sem uma correspondente no campo diplomático, que se mantivera no mesmo diapasão da política exterior do presidente Dutra, não terá em Juscelino Kubitschek (1956-1961) um continuador” (ODÁLIA, 1988).

No entanto, é nesse governo voltado inteiramente ao desenvolvimento econômico, lastreado na concessão de privilégios aos capitais estrangeiros, que se tentará, por intermédio da Operação Pan-Americana (OPA), idealizada pelo escritor Augusto Frederico Schmidt, “uma possível réplica do que se fizera na Europa com o Mercado Comum”. Os objetivos da OPA estavam familiarmente ligados a política econômica adotada pelo governo Kubitschek. Surgiu de uma ideia que se considerou realista, que num mundo dividido, a própria posição geográfica e a tradição brasileira indicavam o rumo a seguir. Dessa forma, a abertura do mercado brasileiro ao capitalismo internacional deveria significar, também, a emergência do país como o representante simultâneo desse capitalismo em relação aos demais países da América Latina. Em resumo, o que o governo brasileiro pretendia era atrair para o Brasil uma posição semelhante a que se destina ao Japão, na Ásia, e à Alemanha Ocidental, na Europa, isto é, verdadeiros estados-tampões, sentinelas avançadas contra a expansão europeia e asiática do comunismo (ODÁLIA, 1988).

De forma geral, o grande objetivo era modernizar a indústria nacional por meio de diferentes ações políticas. Ao fim de seu mandato, JK conseguiu que nosso parque industrial crescesse cerca de 80%, com o aumento das usinas hidrelétricas (Furnas), da indústria de aço, a instalação da indústria de automóveis, criação de novas rodovias (Belém-Brasília) e a construção de Brasília – nova capital. Entretanto, o alcance de tantos rendimentos econômicos em um prazo tão curto de tempo teve graves consequências. Para realizar tantos investimentos, o governo Kubitschek realizou pesadas emissões de papel moeda e abriu nossa economia para o capital estrangeiro. Com essas duas medidas, as divisas geradas pelas

multinacionais instaladas no Brasil eram desviadas para seu país de origem e a emissão de moeda iniciou uma grade desvalorização monetária e a consequente inflação (SILVA, 2000).

No dia 20 de abril de 1959, foi lançada a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República. Em outubro de 1960, Jânio venceu as eleições com João Goulart eleito vice-presidente. No início do seu governo, Jânio tomou uma série de pequenas medidas que ficaram famosas destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral. Também investiu fortemente contra alguns direitos e regalias do funcionalismo público. No dia 7 de julho de 1961, Jânio reuniu todo o seu ministério para estudar as reformas do imposto de renda e dos códigos penal, civil e de contabilidade (FGV, 2001).

Embora realizasse um governo conservador na política interna, as propostas de política externa eram progressistas. O Brasil chegou, inclusive, a participar como observador na Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada em Belgrado, na Iugoslávia. Além de implementar a Política Externa Independente (PEI), política esta em que Jânio Quadros reatou relações diplomáticas e comerciais com países socialistas como a Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia; buscou uma aproximação com a União Soviética; apoiou as independências de Angola e Moçambique; fez contatos com a China Comunista através do vice-presidente João Goulart; condecorou o primeiro cosmonauta, o soviético Yuri Gagarin e o revolucionário Ernesto “Che” Guevara (DOMINGOS, 2011). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2001), essa aproximação com o bloco comunista teria provocado a indignação dos setores civis e militares mais conservadores, deflagrando uma grave crise política. A posse de João Goulart, então em visita oficial à China, seria o desdobramento legal da renúncia de Jânio Quadros. Ou seja, no contexto planetário da Guerra Fria, o Brasil buscava uma nova forma de inserção.

De acordo com Nilo Odália (1988) “a renúncia de Jânio Quadros à presidência lança o país num clima de revolução e de suspense que se amaina com a posse de João Goulart como presidente, dentro de um regime parlamentarista”. No governo de João Goulart cresceram em número e diversidade as manifestações sociais e ganharam maior densidade e capacidade de pressão.

Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o

crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, reivindicando reformulações profundas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política bastante peculiar àquele tempo de divisão internacional.

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no propósito da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Assim, uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (DELGADO, 2009).

Em contrapartida, o cientista político Alfred Stepan (1969) apud Fico (2004), afirma que "a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político". As razões imediatas do que (descuidadamente) chama de "revolução" derivavam da inabilidade de Goulart em "reequilibrar" o sistema político. Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis, caracterizável como "moderador", isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar.

A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal "padrão", pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também sentiram-se diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais. Além disso, critérios políticos para promoções no Exército sugeriam aos militares, que Goulart teria a intenção de constituir, para fins golpistas, uma força militar que lhe fosse leal (ecoavam boatos sobre "exércitos populares" que não eram desmentidos pelo apoio de Goulart aos cabos, sargentos e suboficiais).

Tudo isso teria levado à mudança do padrão, isto é, os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. Ademais, graças à doutrina de segurança

nacional e ao treinamento desenvolvido pela Escola Superior de Guerra, haveria "dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar", ou seja, os militares passaram a sentir-se capacitados para assumir diretamente o governo (STEPAN, 1969 apud FICO, 2004).

### **3.3 Regime Militar No Brasil**

Os anos 1960 e 1970 ficaram marcados pelo desencadeamento de golpes de Estado e pela entrada dos militares no cenário político de diversos países da América Latina, inclusive no Brasil. O Brasil, com o processo intervencionista de 1964 e a conseqüente derrubada do governo constitucional de João Goulart, deu início ao ciclo militarista, que durou até meados da década de 1980 (CARVALHO, 2003).

O general Humberto Castelo Branco foi o primeiro presidente do regime militar em 1964. Durante seu governo (1964-1967) começou a enxurrada de decretos, leis, Atos Institucionais e Emendas Constitucionais. No plano econômico, o governo Castelo Branco anunciou um programa denominado PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), a fim de combater a inflação, estimular as exportações e desestimular as importações. O PAEG alcançou vários objetivos com a redução da inflação e a recuperação das exportações agrícolas (NEVES & MACHADO, 2009). Em março de 1967, tomou posse o segundo presidente militar, o general Artur da Costa e Silva (1967-1969). Durante o seu governo, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos no Brasil. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares. Uma das primeiras organizações a pegarem em armas contra a ditadura foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), uma organização revolucionária comunista brasileira de oposição ao regime militar, surgida no fim de 1967. A ALN tinha a proposta de uma ação objetiva e imediata contra a ditadura militar, defendendo a luta armada e a guerrilha como instrumento de ação política (NEVES & MACHADO, 2009).

A repressão da ditadura militar contra qualquer ofensiva contrária ao regime começa a ser instituída desde a eclosão do golpe. Em Junho de 1964, foi criado o

Serviço Nacional de Informações (SNI), onde eram catalogados e fichados aqueles que eram considerados inimigos do Estado, que eram considerados perigosos à Segurança Nacional. O SNI coordenava e catalogava todas as informações que poderiam ser relevantes: cidadãos e suas ações eram rastreadas, grampeadas, fotografadas. Diante da ofensiva estudantil e guerrilheira a reação da ditadura foi endurecer a repressão, sobretudo durante os governos dos presidentes Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Em 13 de Dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva decretou, mandou publicar e cumprir o Ato Institucional Número 5 (o AI-5). Dava-se início aos anos de chumbo (NEVES & MACHADO, 2009).

### **3.4 Milagre Econômico Brasileiro**

Os primeiros anos da década de 1960 marcaram o fim de um período de crescimento acelerado na economia brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por quinze anos, a taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil foi uma das maiores do mundo. Esta economia expandia-se ao um ritmo superior ao de qualquer outro país latino-americano, superado no Ocidente apenas pela Alemanha e no Oriente pelo Japão e pelas ainda pequenas economias da Coréia do Sul e Taiwan. A taxa média anual de crescimento da economia brasileira foi de 6,3% entre 1946 e 1960; da Alemanha, 10,5%; do Japão, 9,1%; da Coréia do Sul, 6,5%; de Taiwan, 7,5% (MADDISON, 1997 apud PRADO e EARP, 2007).

No dia 11 de abril de 1964 o Congresso Nacional, sob a tutela do Ato Institucional nº 1, elegeu o chefe do Estado-maior do Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco como Presidente da República. Com a posse do novo governo em 15 de abril, Octavio Gouvêa de Bulhões foi indicado para montar a equipe econômica. A equipe foi completada com a nomeação de Roberto Campos para o Ministério de Planejamento; ainda que não pertencesse ao grupo mais próximo de Bulhões. Campos defendia ideias similares e viria a trabalhar completamente integrado a equipe do Ministério da Fazenda.

A nova equipe econômica deu prioridade à luta para reverter a tendência de contínuo aumento da taxa de inflação que se vinha manifestando desde o início da década. A primeira medida foi tentar reduzir o déficit público com o envio ao Congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente, redefinindo despesas para o ano corrente de 1964. Em agosto foi divulgado o principal

documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este definia como principal objetivo para o biênio 1965-66 acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do País e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do PAEG de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do Plano faziam da crise brasileira (PRADO e EARP, 2007).

A equipe econômica lança o PED "Programa Estratégico de Desenvolvimento", em 1967, e deixa claro que a meta do governo continuava a ser o desenvolvimento econômico e que as ações internas e externas focariam o progresso social. As diretrizes econômicas do PED tinham dois objetivos fundamentais: A aceleração do desenvolvimento; e a contenção da inflação (PRADO e EARP, 2007).

Com a nova equipe econômica teve início uma política de controle de preços, devidamente alinhada com o novo diagnóstico inflacionário, onde os reajustes deveriam ter o "consentimento" do governo federal. São criados o CONEP (Comissão Nacional para a Estabilidade de Preços), em 1967, e o CIP (Conselho Interministerial de Preços), em 1968, que sucedeu o primeiro. Estes órgãos vieram institucionalizar os reajustamentos de preços com base nas variações de custos. As análises das autorizações se baseavam nos custos envolvidos no processo produtivo (diretos e indiretos), como também nos níveis de rentabilidade, influência dos produtos e serviços na cadeia de formação de custos de outros produtos e condições estruturais de mercado (oligopolista – monopolista) (VELOSO et al., 2008).

No início do ano de 1967, o Presidente Castelo Branco é substituído, pelo também general do exército, Arthur da Costa e Silva. O novo presidente da República, o General Artur da Costa e Silva, assumiu o governo em março de 1967, nomeando Delfim Neto para Ministro da Fazenda e Hélio Beltrão para Ministro do Planejamento. O novo ministério assumiu em um quadro recessivo, fruto da política anti-inflacionária do governo anterior, e suas primeiras medidas pareciam ser uma continuidade das políticas anteriores, onde a redução do papel do setor público e o aumento da participação do setor privado eram aspectos considerados prioritários. No entanto, as condições políticas internas, em especial o crescimento de movimentos de oposição, recomendavam uma maior preocupação com a retomada

do crescimento. A existência de capacidade produtiva ociosa e o amplo espaço aberto pelas reformas institucionais e pelas condições internacionais para aumento do gasto público permitiram pensar em uma nova política econômica alterasse as prioridades - como reconhecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que previa um crescimento da ordem de 6% ao ano (PRADO e EARP, 2007).

Em 1969, Costa e Silva adoece e morre, sendo substituído na Presidência da República pelo general Emílio Garrastazu Médici. Delfin Neto é mantido, porém a pasta do Planejamento é dada ao novo ministro João Paulo dos Reis Veloso (VELOSO et al., 2008).

Já nos governos Costa e Silva e Médici, quando a liberalização dos fluxos de capitais criou condições para que firmas brasileiras pudessem integrar-se ao rápido crescimento da oferta de crédito internacional. O aumento do financiamento externo, assim como as condições favoráveis ao aumento das exportações (o comércio mundial cresceu 7.4% ao ano entre 1961 e 1973) somaram-se para criar condições externas extremamente favoráveis para a retomada do crescimento econômico brasileiro (PRADO e EARP, 2007).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi publicado em dezembro de 1971 e promete transformar o Brasil em “nação desenvolvida” dentro de uma geração. Pretende elevar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano, dando prioridade a grandes programas de investimento: siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração. Para viabilizar estes programas são fundamentais tanto as grandes empresas estatais quanto os créditos da rede de bancos oficiais e o conjunto de incentivos coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (incluindo instrumentos como isenções de impostos, créditos-prêmio, depreciação acelerada, etc.) (PRADO e EARP, 2007).

Tanto o “Metas e Bases” quanto o I PND acreditavam que o Brasil poderia alcançar taxas de crescimento anuais da ordem de 9%. Tratava-se de um aumento considerável em relação aos 6% do PED, mas curiosamente não perceberam que a economia já havia ultrapassado este elevado patamar de crescimento. O “Milagre” havia começado (PRADO e EARP, 2007).

A expressão “Milagre Econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “Milagre Alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de

1970, a expressão “Milagre Brasileiro” passou a ser usado como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 - e também como instrumento de propaganda do governo (PRADO e EARP, 2007, p. 219).

As medidas adotadas pela equipe de Delfin Netto mantinham-se, em sua maioria, com foco no aumento da demanda agregada como forma de dar novo impulso no desenvolvimento econômico. No período 68-73 a indústria de transformação cresceu à taxa média de 13,3%, com pico de 16,6% em 1973. As políticas fiscais e creditícias expansionistas serviram para alavancar a demanda. Com maior liberdade para investimentos de empresas estatais, como Petrobrás e CVRD, criaram diversas subsidiárias. Somente no período do "Milagre", foram criadas 231 novas estatais. Com a nova política de créditos, houve maior facilidade para as pessoas físicas e jurídicas contraírem empréstimos, tanto para o financiamento de bens de consumo duráveis (PF), quanto para investimentos produtivos (PJ). O Sistema Financeiro da Habitação –SFH – através do BNH e agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE deu grande impulso ao mercado imobiliário. A construção civil (grande empregadora) cresceu 15% aa no período (VELOSO et al., 2008).

A principal marca do Milagre foi, obviamente, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento. De início amplos setores da intelectualidade e da opinião pública receberam com desconfiança os anúncios do crescimento proclamados pelas autoridades do regime militar ao mesmo tempo em que o movimento estudantil ganhava as ruas e o movimento operário ameaçava iniciar sua reorganização. Na verdade, mesmo os planejadores do governo pareciam duvidar do que se passava sob seus olhos, visto que no PED, no “Metas e Bases” e no I PND propunham taxas bem menores.

De fato, depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o PIB brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo a taxa de inflação ficou entre 16 e 27%, os menores índices obtidos no período desde 1959. E, para complementar o quadro milagroso, o comércio exterior mais do que triplicou. Estes resultados foram capitalizados pelo Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que apareceu como o responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre a política econômica e o substancial crescimento da economia mundial (PRADO e EARP, 2007).

#### 4 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a inserção político/econômica do Brasil dentro do contexto da Guerra Fria, enfatizando os períodos do Golpe Militar de 1964 e do chamado Milagre Econômico (1968-1973).

Portanto, verifica-se que o panorama político/econômico externo delineado pela Guerra Fria teve influência direta ou indiretamente sobre praticamente todos os principais acontecimentos históricos nacionais a partir de 1945. Especificamente no período de 1964 a 1973. Desta forma, a dialética comunismo/capitalismo permeou toda a estrutura de poder nacional, principalmente no Golpe Militar de 1964, e no decorrer dos governos militares.

Ao analisar o crescimento econômico durante o “milagre econômico”, no período de 1968 à 1973 foi possível verificar que a economia brasileira, apresentou crescimento acelerado - o PIB brasileiro se manteve na faixa dos dois dígitos – com reformas estruturais importantes realizadas na economia e com a presença do capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, especialmente através de empréstimos.

No entanto, este crescimento proporcionado, não foi capaz de determinar uma infra-estrutura capaz de garantir a nação condições dignas de desenvolvimento e de liberdade econômica.

#### REFERÊNCIAS

- ABREU, A.A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CABRAL, A. **A Terceira Guerra Mundial**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1987. 96p.
- CARVALHO, A. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, v.48, n.1, p.115-147, 2005.
- DELGADO, L.A.N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 28, p.123-143, 2009.
- DOMINGOS, C.S.M. As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart (1961-1964): leituras sobre a Política Externa Independente. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v.3, n.8, p.138-158, 2011.
- EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.
- FERREIRA, J.; DELGADO, A.N. O Brasil Republicano: **O Tempo da Ditadura – Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Vol. 4. LOCAL: Civilização, 2007.
- FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira**

**de História**, v.24, n.47, p.29-60, 2004.

GIOVANNI, Geraldo Di. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa, n. 82. Universidade Estadual de Campinas/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Campinas: UNICAMP/NEPP, 2009.

GÜRISOY, Y. Regime change in the aegean after the second world war: reconsidering foreign influence. **Journal of Modern Greek Studies**, v.27, n.2, p.319-347, 2009.

LINDBLOM, Charles E. "Still Muddling, Not Yet Through", **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LINDBLOM, Charles E. "The Science of Muddling Through", **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

LOPES, M.A.F. **O fracasso da comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica no segundo governo Vargas (1951-54)**. 2009. 273f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MANZUR, T.M.P.G. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.42, n.1, p.30-61, 1999.

MORETTO, D.L.; QUINA, G.L.V. Subsídios para produtos agrícolas na União Europeia. In: **I Encontro de estudos tributários – ENET**. Instituto de Direito Tributário: Londrina, 2006.

NEVES, C.P.; MACHADO, M.A.C.; Seixas Dória e o golpe militar de 1964. **História, imagem e narrativas**, n.9, 2009. ISSN 1808-9895.

ODÁLIA, N. **O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964**. In: MOTA, C.G. (Org.). Brasil em perspectiva. 18ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil S.A., 1988.

PRADO, L.C.D.; EARP, F.S. **O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (Org.). O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, R. Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização. **Revista de Sociologia e Política**, n.14, p.77-101, 2000.

SIMONDS, G. A política dos EUA após a SGM para a América Latina e a integração latino América. **Portal Segunda Guerra Mundial**, 2011. Disponível em: <[http://www.2guerra.com.br/sgm/index.php?option=com\\_content&task=view&id=684&Itemid=32](http://www.2guerra.com.br/sgm/index.php?option=com_content&task=view&id=684&Itemid=32)>. Acesso em: 27 jun. 2011.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

VELOSO, F.A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n.2, p.221-246, 2008.